

AS CIÊNCIAS HUMANAS EM UMA ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

AS CIÊNCIAS HUMANAS EM UMA ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

**Fabiano Eloy Atílio Batista
(Organizador)**



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

As ciências humanas em uma abordagem multirreferencial

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências humanas em uma abordagem multirreferencial /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-923-3

DOI 10.22533/at.ed.233212503

1. Ciências humanas. I. Batista, Fabiano Eloy Atílio
(Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Estimados leitores e leitoras;

As Ciências Humanas, sobretudo na contemporaneidade, tem passado por numerosos desafios, seja pelas diversas reformulações curriculares, pela implementação de novas políticas públicas e/ou questões ideológicas partidárias, que vem, de forma significativa, secundarizando algumas áreas do conhecimento, em especial as ligadas às humanidades.

Nesse quadro, torna-se fundamental uma reflexão sobre o(s) lugar(es) das Ciências Humanas diante da realidade social que vivenciamos, tendo como propósito uma ampliação das perspectivas de compreensão do mundo e formas de melhorá-lo, mas, especialmente, trazer à tona discussões dentro das esferas sociais e culturais com a finalidade de problematizar e tencionar reflexões sobre o mundo contemporâneo.

Nessa conjectura, é de extrema importância lançarmos um olhar, por diversos ângulos, para as demandas sociais e dos sujeitos, ampliando nosso pensamento sobre o mundo e sobre as diversas realidades que nos cerca, buscando novos eixos e novas formas de pensar (e agir sobre) o local e o global.

Portanto, a obra **“As Ciências Humanas em uma Abordagem Multirreferencial”** reuniu doze textos, a partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar dentro das Ciências Humanas, que nos permitem compreender diversos aspectos sociais e culturais na contemporaneidade, de forma clara e reflexiva.

Assim, essa coletânea de textos aponta reflexões que problematizam sobre múltiplos aspectos e olhares as relações acerca da área das Ciências Humanas a partir de uma abordagem multirreferencial, buscando uma compreensão e análise de múltiplos fenômenos para que assim possamos compreender os fatos sociais sob diversos prismas, sobretudo aqueles acerca da cultura, da educação e da sociedade, entre outras instâncias.

Por fim, espera-se que essa coletânea de textos possa se mostrar como uma possibilidade discursiva e reflexiva para novas pesquisas e novos olhares sobre os objetos das Ciências Humanas.

A todos e todas, uma agradável leitura!

Fabiano Eloy Atílio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA: POVO MARCADO, POVO FELIZ Ana Beatriz Duarte Vieira DOI 10.22533/at.ed.2332125031	
CAPÍTULO 2	11
INDÍGENAS SETECENTISTAS: MÁRTIRES, VILÕES OU MESTRES DOS SERTÕES NAS EXPEDIÇÕES MONÇOEIRAS? Marcos Lourenço de Amorim DOI 10.22533/at.ed.2332125032	
CAPÍTULO 3	23
MEMORIAL DA IMIGRAÇÃO E CULTURA JAPONESA DA UFRGS: ENTRE AS MEMÓRIAS DO PASSADO E DO PRESENTE Tomoko Kimura Gaudioso DOI 10.22533/at.ed.2332125033	
CAPÍTULO 4	31
TRABALHANDO A TEMÁTICA DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E CULTURAL EM SALA DE AULA Carmem Lucia Beda de Amorim Sayão Corrêa Patrícia Alves Carvalho DOI 10.22533/at.ed.2332125034	
CAPÍTULO 5	41
CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES EM PERSÉPOLIS E BORDADOS: QUESTIONAMENTOS ACERCA DO PAPEL DA MULHER MUÇULMANA NA SOCIEDADE IRANIANA PÓS-REVOLUÇÃO ISLÂMICA Flávia Abud Luz Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz DOI 10.22533/at.ed.2332125035	
CAPÍTULO 6	50
O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL E SEUS REFLEXOS NA ESTRUTURAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA BRASILEIRA Marcelo Paiva de Medeiros DOI 10.22533/at.ed.2332125036	
CAPÍTULO 7	70
A LIGAÇÃO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E A SEGURANÇA PÚBLICA Eliza Minuzzi Ereno DOI 10.22533/at.ed.2332125037	
CAPÍTULO 8	79
CLASSES POPULARES E DESEMPENHO ESCOLAR: ANÁLISE LITERÁRIA A PARTIR	

DE CONTRIBUIÇÕES SOCIOLOGICAS

Desideri Marx Travessini

DOI 10.22533/at.ed.2332125038

CAPÍTULO 9..... 86

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA UNIR/VILHENA – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Josimari dos Santos da Conceição

Elayne Barbosa da Silva

Jéssica Bittencourt França

DOI 10.22533/at.ed.2332125039

CAPÍTULO 10..... 94

A NATUREZA JURÍDICA DO IMPEACHMENT E O PROCESSO DE CASSAÇÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Lucélia Nárjera de Araújo

Vilobaldo Adelídio de Carvalho

Wilma Avelino de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.23321250310

CAPÍTULO 11..... 106

A INDÚSTRIA CULTURAL E O USO DE FONTES AUDIOVISUAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Wilderson Alves Leite

Beatriz Alves Marques

DOI 10.22533/at.ed.23321250311

CAPÍTULO 12..... 115

LA RESIGNIFICACIÓN DE UN CONTEXTO QUE BUSCA EL APALABRAMIENTO: LA INFANCIA COMO SUJETO POLÍTICO

Adriana Obando Aguirre

DOI 10.22533/at.ed.23321250312

SOBRE O ORGANIZADOR..... 129

ÍNDICE REMISSIVO..... 130

CAPÍTULO 1

COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA: POVO MARCADO, POVO FELIZ

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 04/01/2021

Ana Beatriz Duarte Vieira

Departamento de Enfermagem, Faculdade de
Ciências da Saúde, Universidade de Brasília -
Brasília, DF

<http://lattes.cnpq.br/5624241625578485>

<https://orcid.org/0000-0003-0147-5641>

RESUMO: Este artigo descreve acerca da Comunidade Quilombola Kalunga, grupo étnico afro-brasileiro que ocupa a região do cerrado localizada no Estado de Goiás, ao redor da Chapada dos Veadeiros. Os quilombos contemporâneos são grupos tradicionais com organização político-econômica-histórica-cultural, que ao longo do tempo lutam pela inclusão social por meio das políticas públicas e ações de atenção integral ao estabelecimento de padrões de justiça e equidade para o fortalecimento dessa comunidade. Nessa perspectiva, faz-se importante trazer à luz reflexões acerca dos problemas das vulnerabilidades que reduzem esta população ao acesso equitativo e as melhores condições de vida, dignidade e bem-viver.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Quilombola, Populações vulneráveis, Equidade, Justiça.

QUILOMBOLA KALUNGA COMMUNITY: MARKED PEOPLE, HAPPY PEOPLE

ABSTRACT: This paper describes the Kalunga Quilombola Community, an Afro-Brazilian ethnical group that inhabits the Cerrado region in the Goiás state, around the Chapada dos Veadeiros National Park. The contemporary quilombos are traditional groups with a political-economic-historical-cultural organization that, throughout time, fight for their social inclusion in public policies and full-time initiatives of justice and equity standards to reinforce their communities. From this point-of-view, it is of utmost importance to reflect on the issues and vulnerabilities that reduce this population's access to equity, good quality of life, dignity, and overall welfare.

KEYWORDS: Quilombola community, Vulnerable populations, Equity, Justice.

1 | INTRODUÇÃO

A diversidade populacional e multicultural brasileira é uma característica conhecida e referenciada em todas as análises das ciências sociais e estudos antropológicos contemporâneos. Em um país em que mais da metade da população é caracterizada como afrodescendente é incompreensível a ausência do reconhecimento e da valorização dessa identidade étnica e cultural, bem como a de atribuir ao negro um papel secundário, de coadjuvante (RODRIGUES, 2010; MELTZER, 2004).

Muitos expoentes da historiografia brasileira romperam o véu que omitiu as informações sobre os saberes e fazeres da cultura africana e problematizaram a questão do negro no Brasil. Procuraram mostrar que a percepção social da cor não é mais do que uma construção sócio-política, imposta pelo sistema escravagista no mundo, como definidora de um processo de racialização para segregar povos e perpetuar à condição de dominação e submissão (RODRIGUES, 2010; MELTZER, 2004).

O negro teve sua cultura perturbada e seus valores prejudicados em sua completa autenticidade, uma vez que a esta circunstância tem marcada a migração forçada do negro para o “Novo Mundo” não permitindo a este assimilar outra cultura de forma livre, pois separado de seu mundo foi afastado de suas raízes, tribos, línguas e tradições e usurpados de suas riquezas e conhecimentos próprios (MELTZER, 2004).

Assim, um passado de esquecimento relegou ao negro um caminho velado e silenciado pelo preconceito, discriminação, injustiça, desigualdade e iniquidade e reforçou a atitude excludente às melhores oportunidades e condições de vida. E estes foram negadas a importância econômica, social política e cultural da raça negra na construção de um país (DIÉGUES JR., 1980).

O caldeamento das raças na constituição do povo brasileiro e a imagem ilusória de um país onde inexistente o preconceito racial, com ilimitadas oportunidades a todos os imigrantes independentes da “linha de cor”, remete a herança fecunda da ideologia colonial manifestada, ainda hoje, na realidade brasileira (SCHWARCZ, 2010).

A este fato, ressalta-se também a ideia que se há instalada no imaginário social, quando se caracteriza as conformações sociais do negro no quilombo à escravidão, fuga, ocupação e resistência como definição clássica para as comunidades quilombolas. Desta forma, foi necessária a revisão de conceitos sobre os grupos remanescentes de comunidades quilombolas que assinala uma visão ampliada mais recente em consonância com o conceito antropológico, que considera as diversas origens e histórias, enfatizando os elementos identidade étnica e territorialidade à condição destes grupos. Um grupo étnico pode ser definido com base sua na identidade cultural e linguística, que compartilha uma origem comum ao longo das gerações e exibem uma continuidade histórica no tempo, em uma determinada contiguidade territorial, projetando-se como um povo (REIS & GOMES, 1996; ANJOS, 2006).

A comunidade quilombola tem um destaque histórico no país, pois os remete a um passado heroico de um povo que se rebelou contra o sistema escravocrata. O quilombo foi, essencialmente, um movimento coletivo de massa caracterizado por uma forma de organização político-social e por uma identidade étnica traduzida por elementos culturais e religiosos que os distinguem na sociedade (ANJOS, 2012; LEITE, 2008).

Essas microssociedades formadas a partir das comunidades quilombolas, no século XIX, foi desprovida por questões históricas, do acesso às políticas públicas e aos direitos constitucionais. A incorporação de uma identidade recontextualiza os processos que, ainda

hoje, deflagram uma relação de diferença, principalmente relativa às questões de poder. Somente na segunda metade do século XX, foi que os movimentos negros que se revelaram tiveram iniciativas para a valorização da negritude e promoção da consciência negra no país. A partir de então, planos de ação contra o racismo, o preconceito e a discriminação social geraram propostas afirmativas para a difusão da história e da cultura negra e para a inclusão de políticas públicas voltadas para as reivindicações desta população no Brasil (VILAS-BÔAS, 2003; SEPPIR, 2004).

O país debruçou-se a legislar sob um conjunto de direitos que se ocupam da igualdade individual, coletiva, política, social, cultural, educacional e sanitária para a valorização e o desenvolvimento das comunidades fragilizadas pelas iniquidades. Após o ousado movimento deflagrado pelas mobilizações sociais favoráveis à promoção da igualdade/equidade racial e incorporados pela Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, coube as três esferas de governo e a sociedade civil organizada envidarem esforços a fim de proporcionar a incorporação dos direitos garantidos pela Constituição Federal. A proposta do governo em resgatar as comunidades tradicionais - indígenas e negras - que resistem ao longo dos tempos em manter suas tradições é de importância capital ao debate mais complexo no contexto brasileiro, no sentido de comprometer-se por meio da justiça social ao alcance da equidade para esses herdeiros e sobreviventes como um real problema a ser equacionado, por toda a sociedade brasileira (SEPPIR, 2004).

2 | TERRITÓRIOS DE PERTENCIMENTO: “POVO MARCADO, POVO FELIZ”

As comunidades negras afro-brasileiras -urbanas e rurais- denominadas quilombolas ou quilombos contemporâneos fazem parte das grandes questões emergenciais da sociedade brasileira. Na contemporaneidade, o termo originário de *Kilómbô*, dos povos de línguas bantu, veio assumindo novos significados, não se referindo a resquícios ou remanescentes de escravos, mas a grupos étnicos com um tipo de organização política e econômica com valores compartilhados, os quais conferem pertencimento histórico e cultural. De simples locais de refúgios de escravos os quilombos constituíram-se como microsociedades com cenários de lutas e espaço de persistência e resistência do homem negro e mestiço empenhado na conquista de sua dignidade sufocada pela escravidão (REIS & GOMES, 1996; ANJOS, 2006).

Existem comunidades quilombolas em todos os Estados da vasta extensão territorial brasileira. Os quilombos são uma condição essencial para os registros da história, da experiência pessoal e grupal das matrizes africanas no país, pois a partir de estratégias importantes de organização territorial dos quilombos dependiam a sobrevivência dos primeiros escravos que se rebelaram contra à escravidão e fugiram dos engenhos, das fazendas, das minas. Os territórios históricos-geográficos com topografias acidentadas entre serras, para dificultar a localização e manter um sistema de vigilância próprio; vãos,

pela qualidade das terras para o plantio de subsistência e rios pela abundância da água e facilidade de pesca criaram os espaços de pertencimento nestas terras onde foram se instalar (PERET, 2002; FRANÇA, 2012).

Ao longo do tempo, essas comunidades têm resistido a influências externas e lutado pela inclusão social por meio das ações de atenção integral. Nesse espaço de movimento social vai se constituindo um território de vozes fortalecidas que ecoam pela nação. Neste processo de busca por seus direitos, os quilombolas vão superando a invisibilidade e evidenciando mais uma face da diversidade sociocultural existente no Brasil (NASCIMENTO, 2002).

Nesse sentido, a mobilização política da população afrodescendente ao longo dos tempos busca resgatar, também, os valores e os direitos das comunidades tradicionais, em especial quilombolas, considerando ser de importância capital manter um debate mais complexo no contexto do Estado brasileiro. As expectativas dos descendentes quilombolas, que são filhos da terra brasileira, tornaram-se, também, as do povo brasileiro: reconstruir a história por meio de políticas imprescindíveis para a ressignificação da diversidade cultural a caminho de uma sociedade mais democrática, um Brasil multiétnico e pluricultural, comprometido por meio da justiça social ao alcance da equidade para todos os cidadãos da sociedade brasileira, sem exceção (BRASIL, 1988. BRASIL, 2004; BRASIL, 2013).

3 I ENTRE RIOS, SERRAS E VÃOS: CRESCE A FLOR DO CERRADO

Uma comunidade forte, capaz de viver na beleza viva e na aspereza do cerrado brasileiro, entre rios, serras e vãos. Assim é definida a comunidade quilombola Kalunga, que se encontra na região da Chapada dos Veadeiros espalhadas às margens do rio Paranã entre os estados de Goiás e Tocantins. A extensa área territorial localizada entre rios, serras, vãos é considerada uma das mais preservadas em todo o bioma do cerrado.

Em Goiás encontram-se comunidades quilombolas nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, a aproximadamente 330 km de distância de Brasília, Distrito Federal. No Estado do Tocantins, os agrupamentos registrados, denominados Kalunga de Mimoso, estão distribuídos entre os municípios de Arraias e Paranã. A divisão da identidade territorial com a criação do Estado de Tocantins (1989) interveio na qualidade de vida e nos laços de parentela da comunidade Kalunga (BAIOCCHI, 1999).

A etimologia da palavra Calunga ou Kalunga tem diversos significados. Os estudos antropológicos de Mari de Nasaré Baiocchi, feitos desde a década de 80, descreve a origem da palavra proveniente do dialeto bantu africano, palavra mágica que representa interpretações histórico-cultural de um povo. Tem significados como *tudo de bom, a grandeza, a imensidão, divindade, homem nobre, boneca de madeira*. Para os Kalunga a palavra remete a um *lugar sagrado, terra de todos, uma planta, uma flor do cerrado* (BAIOCCHI, 1999; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2011; BRAGA, 2019).

A comunidade Kalunga encontra-se instalada numa superfície de mais de 200 mil hectares que compõe o “Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga”, reconhecida pelo Estado de Goiás a partir de 1991. Abriga cinco núcleos principais que se subdividem em mais de meia centena de agrupamentos com denominações locais referenciadas aos aspectos do trabalho ou a ligação com a natureza – bichos, plantas, terras, rios (FUBRA,2004).

Em suas narrativas estão a memória de todo o povo, por quase 300 anos, que vai se entrelaçando entre as lendas, as crenças, os desafios, as novidades e os benefícios que vão chegando cada vez mais dentro do território Kalunga. Entretanto, algumas comunidades ainda “vivem de forma primitiva onde a cultura do desenvolvimento por excelência lhes é negada” (BRAGA, 2019).

Uma breve análise da situação demográfica – sócio, econômica, cultural e política - destas comunidades mostram os principais enfrentamentos que se referem à questão fundiária - titulação parcial do território -; as inúmeras barreiras geográficas pela ausência ou precariedade de estradas e vias de acesso às localidades; a ineficiência dos meios de transportes; à dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde e educação, além do reduzido número de profissionais; somadas à baixa disponibilidade para aquisição de bens materiais, insumos e equipamentos e a pouca valorização dos conhecimentos medicinais herdados pela cultura Kalunga, justificam discussões que visam à implementação de políticas públicas para mudanças nos cenários das limitações nas várias instâncias de atenção aos quilombolas (VIEIRA, 2013; VIEIRA, 2018).

A questão da territorialidade é imprescindível para o exercício da cidadania dos quilombolas, que devem ter os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que ocupam, seja para a moradia, para o desenvolvimento socioeconômico ou para atividades atreladas ao seu patrimônio cultural. Há que se observar os instrumentos jurídicos que garantam o direito à terra e as políticas que assegurem esse direito às comunidades tradicionais no país, não sendo diferente essa condição à comunidade Kalunga.

A privação de bens sociais, materiais e fundiária faz com que o povo Kalunga continue sua história de luta para a conquista dos benefícios a que tem direito e que ainda não foram alcançados. Desta forma, estimula-se a necessidade de se estreitar contato com as instituições governamentais no sentido de pressioná-las ao desenvolvimento de ações efetivas que cheguem aos quilombos.

Nesse sentido, o papel importante das lideranças e da Associação Quilombo Kalunga (AKQ), vem garantindo a organização que permite tanto a comunidade a se defender como a inserir-se nos espaços de gestão. Atualmente, há quilombolas como representantes no poder público, ocupando cargos no legislativo, além de outros que têm concorrido a pleitos eleitorais eletivos. Acredita-se, então, que as reivindicações das comunidades possam ganhar voz junto aos espaços do poder, em especial, àquelas voltadas às melhorias econômicas, sociais e relações étnico-raciais.

4 | JUSTIÇA E EQUIDADE: DESATANDO OS NÓS DA REDE

O domínio colonial impôs transformações que acarretaram desagregações, desequilíbrios, desajustamentos e injustiças. Embora os quilombos tenham também sido símbolo do movimento contra aculturativo criando estratégias para a preservação da cultura negra longe do domínio senhorial, esses emaranhados de nós levaram a perda da identidade negra que teve relação direta com a perda da liberdade (ANJOS, 2006).

O escravo negro nos deu muito de seu patrimônio cultural, deturpado pelos dominadores como inferior, para negar-lhe a existência de condições de vida mais significativas. Assim, o processo transculturativo ainda é uma tarefa difícil para negros dos quilombos, pois trouxe consigo os traços da perda de identidade, da desvalorização e da falta de oportunidade, o que implica dizer que isto pode constituir-se como um fator constante nas vidas das gerações antecedentes, atuais e sucessivas em relação à capacidade de sobrevivência do grupo para conseguir um modo de vida equitativo (ANJOS, 2006).

Para os quilombolas Kalunga, assumir a identidade étnica é remeter à sua descendência histórica, ao sentimento de pertencimento configurado pela ancestralidade e até aos mecanismos de resistência e luta pelo reconhecimento e valorização social do negro que ajudou a construir a história desse país.

As desigualdades sociais têm sido discutidas como importantes nós na rede dos problemas globais a serem enfrentados, ocupando agendas de discussões nacionais e internacionais que consideram que determinados segmentos excluídos da população tenham acesso a todos os meios para uma vida saudável e digna.

Para os elementos essenciais da justiça como equidade, as condições desfavoráveis - por circunstâncias históricas, sociais e econômicas - tornaram difícil ou quase impossível aos quilombolas desatarem os nós dessa rede para crescerem sob um sistema razoável e justo, que os capacitasse à concretização de suas necessidades básicas fundamentais. Não é só o princípio da igualdade e a liberdade de escolha na oferta e acesso às oportunidades que reduzirão as iniquidades persistentes, mas sim a garantia do princípio da diferença, de condições iguais para que os indivíduos, grupos, segmentos e comunidades, a partir de sua autonomia, se empoderem para o efetivo exercício da cidadania em busca da equidade. Assim, se estabelece o parâmetro do necessário para demarcar o ponto da intervenção, eliminando a exclusão e garantindo a justiça como equidade (RAWLS, 2003).

E, portanto, tratar das questões dos quilombolas é emergir os problemas que vão das vulnerabilidades à resistência étnica, social, histórica e cultural de um povo marcado pela sociedade colonial e pelo processo de objetificação dos negros escravizados ao longo da história brasileira. Entre os vários problemas ali existentes, destacam-se a discriminação racial, a pobreza extrema, as tensões territoriais, a migração para grandes centros urbanos, a interferência na paisagem e no equilíbrio ambiental dos territórios quilombolas, o baixo índice de renda domiciliar, as precárias condições das habitações, o desemprego

ou emprego informal, a dificuldade de acesso aos bens e serviços - à saúde; educação; aos bens duráveis; de consumo e à informação -, a vulnerabilidade alimentar, os conflitos institucionais e a invisibilidade da população (BRASIL, 2012).

O fato de existirem muitas injustiças em relação à sua cultura os fez quilombolas fortes para instalarem-se nas agruras do cerrado, vencendo todas as formas de resistência - da geográfica à especulação territorial e cultural - até os dias atuais. Para eles, a terra sempre se traduziu como uma raiz ao mesmo tempo que os eleva a um sentimento de independência e liberdade, pois sempre foi compartilhada e explorada para subsistência do próprio grupo de forma equilibrada à manutenção da corporeidade coletiva.

Acrescidos a isso, encontra-se o modo de Ser Kalunga, pois em suas narrativas estão questões como a identificação com o espaço territorial como modo isolado de viver, que permitiu a eles, durante muitos anos, conservarem as suas tradições e costumes, seu modo de vida tradicional e sua identidade própria, muito embora este isolamento tenha tornado tão difícil suas vidas em virtude da região onde encontram-se instalados (VIEIRA,2014).

Pode-se, assim, considerar que a sociedade brasileira invisibilizou o povo Kalunga, deixando-os viver desprotegidos e despreparados longe dos benefícios que têm direito em relação a outros cidadãos, mas ainda não alcançaram (VILLAS-BÔAS, 2003).

Desatar os nós da rede equivale a dizer que os quilombolas Kalunga deverão adquirir, pela própria história de vida em comum, uma inclinação que os impulse a participarem de movimentos pela garantia de seus direitos constitucionais e, desta forma, reivindicar a implementação das políticas públicas a manutenção das políticas de ações afirmativas em seu território como uma responsabilidade social do Estado. Acredita-se que essa dinâmica interativa se inicia por meio das vozes da comunidade e adentra nos espaços de poder municipal, estadual e nacional. Para isso, cabe analisar o papel relevante dos gestores, da comunidade e da liderança considerando ser o nível concreto em que se dá a execução e continuidade dos territórios onde as pessoas vivem e demandam as suas necessidades. Por conseguinte, é de suma importância conhecer o protagonismo para que a política se torne viva (VIEIRA,2018).

5 | PROTAGONISMO QUILOMBOLA: “ABRA AS ASAS SOBRE NÓS”

O povo Kalunga que começou a se transformar em comunidade e que foi espalhando-se pelo território às margens do Paranã começou a ser visibilizado, atraindo as especulações de fazendeiros, agentes governamentais, políticos, turistas, estrangeiros, entre outros, as quais causam tensões e inquietações e promovem modificação na maneira e no modo de viver da comunidade. Nesse sentido, quando problematizam esses discursos, estão organizando-se consciente e concretamente, frente aos processos para tomada de decisão ao mesmo tempo que impulsionam possíveis transformações para redução das injustiças

em sua comunidade. Isso se inicia pelo processo da importância do reconhecimento, da aprendizagem, da valorização, pelo respeito à diversidade étnico-cultural, e se estende para os enfrentamentos em relação à perpetuação da história do modo de ser, transmitindo às gerações futuras o orgulho de ser um Kalunga.

Pressupõe-se afirmar que a política de articulação Estado/Sociedade deve estar ancorada no protagonismo dos sujeitos, que devem ocupar locais que possibilitem a sua representação, seja no espaço local, municipal ou estadual (VIEIRA, 2014).

Vale resgatar um modelo de gestão participativa, no qual o controle social seja efetivo na fiscalização, monitoramento e avaliação das ações das políticas públicas voltadas para os quilombolas. Nesse sentido, a gestão possibilitaria o compartilhamento de responsabilidades, proporcionando transparência às ações do poder público e buscando a garantia do acesso às necessidades apresentadas pela comunidade Kalunga.

Encoraja-se para que o povo Kalunga administre por si mesmo as coisas do seu interesse para lidar no cotidiano do mundo externo à comunidade. Para tal, vãos e fortalecendo as suas representações nas instâncias do poder. Acredita-se que, dessa forma, crie-se um modo de integração dos quilombolas com a vida moderna, respeitando e valorizando a sua história, cultura e tradição, construindo um futuro de igualdade para acesso aos direitos de todos, em que a diferença tenha seu lugar e seja considerada, em que sejam capazes de afirmar e defender a sua própria dignidade, símbolo de luta de todos os negros deste país.

6 | CONCLUSÃO

Aponta-se a organização dos próprios movimentos sociais dos negros e dos quilombolas diante da visibilização na cena pública da conquista de direitos na arena nacional. Ressalta-se a importância de gerar a compreensão libertária de que há uma pauta específica e de que a representação pública desses interesses deve estar a cargo das lideranças quilombolas, articuladas desde as associações locais até a instância estadual e nacional, para que haja o processo de fortalecimento e a construção da legitimidade das lutas que são realizadas pelos quilombolas na história brasileira.

Essa missão consiste não só em garantir mais igualdade, mas também em refletir sobre a atuação e a responsabilidade governamental. Portanto, há de considerar a importância nos cenários onde há grandes complexidades e vulnerabilidades persistentes, para que seja garantido um processo - participativo e democrático - que poderá trazer à luz as questões relativas à coletividade e as minorias que, historicamente, são aliadas de direitos e ainda não estão representadas nos espaços do poder, como acontece com os quilombolas. Acredita-se que essas vozes, poderão ecoar sob as asas da liberdade e corrigir as iniquidades que, ainda hoje, assolam as populações vulneráveis brasileiras, não menos diferente à Comunidade Quilombola Kalunga.

E que, assim, possam um dia contar para as futuras gerações - em suas narrativas, histórias e memórias de vida - que nosso país é justo para todo cidadão brasileiro, incluindo a Comunidade Quilombola Kalunga. Uma comunidade forte, capaz de viver na aspereza encantada do cerrado brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANJOS, RSAd. (org.). **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006, 240 p.

ANJOS, RSAd. **A territorialidade dos quilombos no Brasil contemporâneo: uma aproximação**. In: Tatiana Dias da Silva FLG, org, editor. *Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes*. Brasília: IPEA; 2012. p. 186.

BAIOCCHI, MN. **Kalunga: povo da terra**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

BRAGA, R. **Kalungas: comunidades quilombolas no coração do Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Buqui, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado; 1988.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**. Brasília:2004.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial. **Relatório de Gestão 2012**. [online]. [acesso 15 Dez 2020]. Disponível: <http://seppir.gov.br/relatorios-de-gestao/2012/2012>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2013.

DIÉGUES JR, M. **Etnias e culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Letras e Artes,1980.

FRANÇA, JMC. **Três vezes Zumbi: a construção de um herói brasileiro**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FUBRA. **Perfil das Comunidades Quilombolas – Alcântara, Ivaporunduva e Kalunga**. Brasília: SEPPIR; 2004.

LEITE, IB. **O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais**. *Estudos Feministas*. 2008;16(3):965-77.

MELTZER M. **História ilustrada da escravidão**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**, 2ª ed. Brasília/ Rio: Fundação Cultural Palmares/ OR Editora, 2002.

PERET, B. **O quilombo dos Palmares, ensaios e comentários de M. Maestri e R. Ponge** (org.), Porto Alegre: EdiUFRGS, 2002.

RAWLS J. **Justiça como equidade: uma reformulação**. São Paulo: Martins Fonte; 2003

REIS, JJ.; GOMES, FS. (org.). **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 509 p.

RODRIGUES, RN. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; 2010.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Md. **Uma história do povo Kalunga**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental – MEC, 2011.

SEPPPIR- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, “**Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial**”, SEPPPIR, Governo Brasil, Brasília, 2004.

SCHWARCZ, LM. **Racismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

VIEIRA, ABDV. **População Quilombola Kalunga: acesso ao sistema de saúde sob o enfoque da Bioética de Intervenção**. 157 f., il. Tese (Doutorado em Bioética) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

VIEIRA, ABD; MONTEIRO, PS. **Comunidade quilombola: análise do problema persistente do acesso à saúde, sob o enfoque da Bioética de Intervenção**. *Saúde em Debate*, 37(99), 610-618. Dec.2013

VIEIRA, ABD. **Acceso a la salud de poblaciones vulnerables: una visión desde la bioética**- Rev Bio y Der. 2018; 43: 211-223

VILAS-BÔAS, RM. **Ações Afirmativas e o Princípio da Igualdade**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 86, 87, 88, 91, 92

Aprendizado 31, 34, 39

Aspectos Legais 71, 94, 98

B

Bem-Estar Social 51, 53, 54, 55, 57, 61, 62

Brasil 2, 3, 4, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 50, 51, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 73, 77, 78, 85, 88, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 109, 110

C

Colonização 11, 12, 16, 33, 51, 63

Comunidade 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 25, 27, 33, 54, 56, 73, 80, 88

Comunidade Quilombola 1, 2, 4, 8, 9, 10

Crise de Efetividade 50

Cultura 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 58, 61, 71, 77, 79, 80, 81, 87, 88, 89, 93, 103, 104, 107, 109, 110, 111, 129

Cultura Japonesa 23, 24, 26, 27, 28, 29

D

Desempenho Escolar 79, 80, 81, 82

Direitos das Mulheres 41, 42, 48

Direitos Humanos 9, 31, 34, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Diversidade 1, 4, 8, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40

E

Educação 4, 5, 7, 10, 24, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 48, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 79, 80, 84, 88, 90, 92, 93, 106, 129

Ensino 28, 31, 34, 35, 36, 38, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 106, 129

Ensino de História 38, 106

Equidade 1, 3, 4, 6, 10

Escola 29, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 44, 46, 68, 69, 80, 81, 82, 83, 85, 92, 93, 106, 114

Estado Constitucional 50, 51

Étnico-Racial 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40

Experiência 3, 20, 31, 80, 86, 89, 90, 91, 92, 93

F

Fontes Audiovisuais 106, 107

G

Gênero 13, 34, 41, 44, 49, 60, 129

Governo 3, 10, 12, 14, 25, 43, 45, 46, 55, 62, 65, 66, 73, 77, 96, 97, 98, 101, 103

H

História 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 50, 68, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 114

I

Identidades 41, 43

Imigração 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Imigração Japonesa 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Impeachment 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

Indígena 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 61

Indústria Cultural 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114

Infância 48, 60, 92, 115

Irã 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Islã 41, 42, 43, 48, 49

J

Justiça 1, 3, 4, 6, 9, 10, 51, 56, 105

M

Memória 5, 20, 23, 24, 25, 26

Metodologia 30, 37, 86, 106

Mulher 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 56

Mulheres 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 57, 62, 88

N

Natureza Jurídica 94, 100, 102, 105

P

Política 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 29, 35, 42, 44, 45, 50, 52, 56, 57, 61, 62, 66, 69, 72, 75, 77, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 104, 112, 115, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128

Políticas Públicas 1, 2, 3, 5, 7, 8, 50, 52, 61, 66, 71, 77

Populações Vulneráveis 1, 8

Povo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 32, 37, 53, 54, 66, 70, 73, 75, 83, 96

Q

Quilombola 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10

R

Raça 2, 38, 72

S

Saberes 2, 11, 32, 33, 34, 38, 91

Saberes Indígenas 11, 33

Segurança Pública 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Sociedade 2, 3, 4, 6, 7, 8, 12, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 63, 65, 66, 71, 72, 75, 76, 77, 90, 108, 110, 129

Subjetividade 84

Sujeito Político 115

V

Valorização 1, 3, 5, 6, 8, 31, 32, 35, 38

Violência 51, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 112, 115

Vulnerabilidade 7, 27, 60, 88, 92, 115

AS CIÊNCIAS HUMANAS EM UMA ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

AS CIÊNCIAS HUMANAS EM UMA ABORDAGEM MULTIRREFERENCIAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021